

É fato que as Políticas Ambientais do governo são antagônicas àquelas fixadas na Política Nacional do Meio Ambiente, [Lei nº 6.938/81](#), no [artigo 225](#) da Constituição Federal e da crescente preocupação mundial com o desenvolvimento sustentável e a preservação ambiental.

O Presidente da República, desde antes de sua eleição e ao longo dos dois anos e quatro meses de governo, ataca e procura, de todas as maneiras e meios, degradar a legislação ambiental brasileira e desmoralizar os órgãos ambientais federais e seus servidores.

A destruição da agenda ambiental brasileira, levada a cabo pelo ministro Salles, é projeto de governo, passando pela completa aniquilação dos Órgãos Ambientais Federais, IBAMA e ICMBio. Neste processo cargos chaves na gestão destes órgãos foram entregues a desconhecedores da administração federal e também das questões ambientais, tais como militares, policiais militares e apadrinhados políticos, com notória ação contra os órgãos ambientais. Como exemplo cita-se a nomeação para Superintendente do IBAMA no Acre, uma advogada que defende infratores ambientais e milita nas redes sociais contra o próprio IBAMA ([Link](#)). Não bastasse, faz parte do método empregado a constante alteração/destruição de procedimentos administrativos, a exemplo da recém-publicada INC 02 que paralisou a fiscalização ambiental dos dois órgãos ([Link](#)), além disso há frequente da perseguição, assédio e constrangimento dos servidores de carreira.

Em que pese os assédios e perseguições sofridos, os servidores vêm denunciando as consequências destas políticas à preservação do meio ambiente e aos órgãos ambientais, como na recente [carta aberta](#) ao Presidente do IBAMA e a sociedade Brasileira, [Carta dos Servidores nº 384/2019/SUPES-TO](#) e a Manifestação Técnica nº 2/2020-NMI-CE/DITEC-CE/SUPES-CE, que sugeriu, a partir da expertise que o corpo técnico adquiriu ao longo dos anos dedicados ao combate e prevenção de ilícitos ambientais, medidas para o combate ao aumento do desmatamento e queimadas na Amazônia e ao desmonte das políticas e estruturas de proteção ambiental. Contudo os alertas e sugestões foram solenemente ignorados.

Paralelamente o governo implementa projetos e ações de militarização da fiscalização ambiental com a criação de novas forças policiais ambientais em detrimento das já existentes. Como exemplo citamos o [PL 6289/19](#) e o projeto do Ministro Salles para formar uma verdadeira [milícia ambiental](#), ignorando os órgãos já existentes que ao longo da última década ano após ano conseguiu reduzir os índices de desmatamento na Amazônia, com [recorde me 2016](#), e nos demais biomas.

Apesar da falta de recursos orçamentários para os órgãos ambientais, no ano passado o MMA gastou [apenas 36%](#) das verbas destinadas ao combate e fiscalização de queimadas e mantêm sem destinação mais de 1 Bilhão de Reais em recursos do Fundo Amazônia evidenciando a intenção de [total paralisia](#) das políticas públicas ambientais e do IBAMA e ICMBio.

Assim vemos com total descrédito o discurso do Presidente na cúpula do clima pois, a dotação orçamentária do Ministério do Meio Ambiente e, conseqüentemente, aos órgãos ambientais federais é a menor em 21 anos ([Link](#)). Suas declarações não passam de retórica de um governo que sequestrou a agenda nacional de meio ambiente e agora chantageia o resto do mundo em busca de financiamento para seu projeto de destruição da Política Nacional do Meio Ambiente.

Diretoria da Asibama-RS